

Artigo

Expansão da mineração carbonífera no Rio Grande do Sul e a crise do capitalismo contemporâneo: Uma análise socioeconômica do EIA/RIMA da Usina Termelétrica Nova Seival nos assentamentos da reforma agrária em Candiota e Hulha Negra

251

Ana Monteiro Costa

Mauren Buzzatti

Júlio Picon Alt

Saritha Denardi Vattathara

Resumo

Neste trabalho, compreendemos a expansão da fronteira extrativista minerária no Rio Grande do Sul à luz do movimento atual do capital, vinculando a crise de sobreacumulação do capitalismo à decorrente intensificação da acumulação por despossessão, tendo o land grabbing como um dos seus principais ajustes tempo-espço. Nosso objetivo consistiu em apontar as contradições e ameaças sobre os territórios dos agricultores assentados em Hulha Negra e Candiota-RS, considerando os sujeitos diretamente atingidos pelo empreendimento, bem como o impacto sobre o processo de reterritorialização como um todo na região, levando em consideração a dinâmica de mobilização e desmobilização de mão-de-obra e os

impactos nas estruturas públicas dos municípios. Por meio de revisão teórica marxista e demais fontes secundárias, analisamos criticamente o EIA/RIMA (2020) apresentado pela empresa proponente. Para subsidiar a pesquisa, também foram realizadas entrevistas por ligações e reuniões virtuais com moradores e representantes das organizações locais, levando em conta i) a Geração de expectativas e incertezas na população; ii) Mobilização e desmobilização de mão-de-obra; iii) Pressão e interferências sobre infraestruturas e serviços públicos; iv) Dinamismo na economia; v) Aumento/diminuição de arrecadação municipal, entre outros. Considerando os impactos sobre os assentamentos, a geração de energia por meio de matéria-prima já rejeitada e os danos ambientais já encontrados na região causados pela mineração do carvão pretérita, identificamos que esse empreendimento não se vincula ao desenvolvimento sustentável local, mas ao *land grabbing* tão importante à acumulação por despossessão.

Palavras-chave: extrativismo; crise de valor do capital; acumulação por despossessão; Assentamentos rurais; *Land grabbing*.

The expansion of carbon mining in Rio Grande do Sul and the value crisis in modern capitalism: A social and economical analysis of the EIA/RIMA of Nova Seival's thermal power plant in the land reform settlements Candiota and Hulha Negra

252

Abstract

In this paper, we understand the expansion of the mining extractive industry's frontier in Rio Grande do Sul (the southernmost state in Brazil) in light of the current movement of the capital, linking the overaccumulation crisis in capitalism to the resulting intensification of accumulation by dispossession, where land grabbing plays a major role in its time-space adjustments. Our goal is to point out the contradictions and threats on the territories of the peasants settled in two municipalities (Hulha Negra and Candiota), considering the subjects directly affected by the undertaking, as well as the impact on the re-territorialization process as a whole in the region, taking into consideration the dynamics of mobilizing and demobilizing labor force and the impacts in the public structures of the municipalities. Through a Marxist Theoretical review and secondary sources, we critically analyze the EIA/RIMA (2020) presented by the proposing company. To support the research, interviews were also conducted through calls and virtual meetings with residents and representatives of local organizations, taking into account i) the generation of expectations and uncertainties in the population; ii) Mobilization and demobilization of labor; iii) Pressure and interference on infrastructure and public services; iv) Dynamism in the economy; v) Increase/decrease in municipal collection; between others. Considering the impacts on the settlements, the generation of energy through raw material that has already been rejected and the environmental damage already found in the region caused by past coal mining, we identified that this undertaking is not linked to local sustainable development, but to land grabbing that is so important to the accumulation by dispossession.

Keywords: extractivism; capital value crisis; accumulation by dispossession; rural settlements; land grabbing.

L'espansione delle miniere di carbone minerale nel Rio Grande do Sul e la crisi del capitalismo contemporaneo: Un'analisi socioeconomica dello EIA/RIMA della centrale termoelettrica Nova Seival negli insediamenti di riforma agraria in Candiota e Hulha Negra

Astratto

In questo articolo analiamo l'espansione della frontiera estrattiva mineraria nel Rio Grande do Sul alla luce dell'attuale movimento di capitale, congiungendo la crisi di sovraaccumulazione del capitalismo alla conseguente intensificazione dell'accumulazione per espropriazione, avendo il fenomeno land grabbing come uno dei suoi principali aggiustamenti spazio-temporali. Il nostro obiettivo era di evidenziare le contraddizioni e le minacce sui territori degli agricoltori insediati nei lotti in Hulha Negra e Candiota-RS, considerando i soggetti direttamente impattati dall'impresa, nonché l'impatto sull'intero processo di ri-territorializzazione nella regione, portando a considerare le dinamiche di coinvolgimento e smobilitazione del lavoro e gli impatti sulle strutture pubbliche nei comuni. Con una rassegna teorica marxista e altri dati di campo, analizziamo criticamente lo EIA/RIMA (2020) presentata dall'impresa proponente. A supporto della ricerca sono state realizzate interviste tramite call e incontri virtuali con residenti e rappresentanti delle organizzazioni locali, tenendo conto i) della generazione di aspettative e incertezze nella popolazione; ii) Surgimento e smobilitazione del lavoro; iii) pressioni e interferenze su infrastrutture e servizi pubblici; iv) Dinamicità nell'economia; v) Aumento/diminuzione della ricchezza comunale; tra altri. Considerando gli impatti nei lotti di riforma agraria, la generazione di energia attraverso materie prime già scartate e i danni ambientali già riscontrati nella regione causati dalle attività estrattive del carbone fossile passate, abbiamo identificato che questo progetto non è coerente allo sviluppo sostenibile locale, ma al land grabbing che è il fenomeno importante per l'accumulazione per espropriazione.

253

Parole-chiave: estrattivismo; crisi del valore del capitale; accumulazione per espropriazione; lotti agricoli; land grabbing.

Introdução

Este estudo deriva de um parecer técnico¹ e se insere em um conjunto de trabalhos² que procura investigar a expansão da fronteira extrativista minerária no Rio Grande

¹ O artigo foi desenvolvido a partir de parecer técnico elaborado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidades e Economias do Sul (GEPIS), PGDR/UFRGS, do qual os pesquisadores fazem parte, que foi direcionado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Processo nº 02001.007900/2019-11, manifestando ao órgão questionamentos à audiência pública de apresentação do EIA/RIMA, realizada em 20 de maio de 2021 na forma virtual.

² COSTA et al., 2019; ALT et al., 2019; ALT et al., 2021; BARCELLOS et al., 2021a; BARCELLOS et al., 2021b.

do Sul à luz do movimento atual do capital, vinculando a crise de valor do capitalismo à decorrente intensificação da acumulação por despossessão, tendo o *land grabbing* como um dos seus principais ajustes no tempo-espaço. Nessa pesquisa, analisamos o caso da proposta de retomada da exploração de carvão no Município de Candiota e a expansão desta para o Município de Hulha Negra, atingindo assentamentos da reforma agrária. Verificamos, com base na análise dos impactos socioeconômicos apontados ou omitidos no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA, 2020) do projeto conhecido como Usina Termelétrica (UTE) Nova Seival³, uma série de fatores que impactarão negativamente a existência da população assentada. Ressaltamos no presente estudo a importância desses territórios rurais para o desenvolvimento⁴ da região.

O debate sobre geração de energia no Brasil está vinculado ao desenvolvimento econômico, e mesmo que sua produção a partir do carvão represente menos de 10% da matriz energética nacional, sua importância se destaca na Região Sul, que abriga a maior quantidade de reservas do mineral (SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA, 2018). A polêmica se intensifica diante dos já sabidos impactos ambientais, sintetizados e destacados no Acordo de Paris, e do fato de ser internacionalmente declarada como a atividade responsável por maior potencial na emissão de gases que provocam o efeito estufa. Na contra-mão do debate mundial, têm-se as propostas de expansão da atividade no RS.

³ O projeto que visa lavrar carvão mineral da Mina do Seival, entendido como combustível a UTE que tem expectativa de gerar 756 Megawatts de potencial nominal, o empreendimento foi apresentado pela empresa Energias da Campanha Ltda., sendo a empresa-mãe a Copelmi, maior empresa privada da atividade carbonífera do país (EIA/RIMA 2020).

⁴ Reconhecemos a limitação do conceito de desenvolvimento, que surge no Pós-Guerra, com a chamada Doutrina Truman. Trata-se de um processo que atende a necessidade de expansão do capital e que confronta modos de vida não inseridos na lógica deste, culminando em um (des)envolvimento das comunidades. No entanto, aqui estamos em um embate econômico que promete à população benesses que, mesmo que desconsideremos aquilo que de fato guarda o conceito de desenvolvimento, não atende a essa melhoria de renda prometida. Também fazemos ressalva ao uso do conceito de desenvolvimento sustentável, que decorre do Relatório Nosso Futuro Comum, apresentado à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, que subordina a natureza ao desenvolvimento, ou seja, à lógica do capital. Fazemos o alerta crítico aos leitores, ao mesmo tempo que justificamos a manutenção dos conceitos no texto.

Apesar dos visíveis fracassos socioeconômicos e dos danos ambientais encontrados em Candiota decorrentes da atividade carbonífera⁵, ainda há uma forte defesa da manutenção e da expansão desta, algo que, inclusive, além de destoar das medidas internacionais de contenção das atividades que têm maior impacto sobre o aquecimento global, confronta com o principal processo de desenvolvimento socioeconômico da região, que é calcado na dinâmica produtiva da agricultura familiar, a partir dos projetos de assentamentos rurais já existentes. Assim, nosso objetivo é apontar as contradições e ameaças sobre os territórios⁶ dos agricultores assentados nesses municípios, a partir do EIA/RIMA (2020), considerando os diretamente atingidos pelo empreendimento, bem como o impacto sobre o processo de reterritorialização como um todo na região.

Para tanto, utilizamos como procedimento metodológico a revisão bibliográfica da análise marxista sobre o capitalismo contemporâneo e a análise de trabalhos que estudaram a complexidade da instalação dos assentamentos rurais, em um contexto agrário de latifúndio e monocultura que fortalecia a lógica de dependência do dinamismo econômico regional da atividade carbonífera, bem como a análise de dados secundários sobre a situação socioeconômica dos municípios. A partir dessa construção, analisamos o EIA/RIMA (2020), destacando os principais impactos sobre a população, bem como a consonância desse empreendimento com as necessidades de ajuste tempo-espço do valor no capitalismo contemporâneo.

Quanto à estrutura do artigo, além desta introdução, na seção 2, apresenta-se uma breve explanação sobre a análise marxista do capitalismo contemporâneo, especificamente sobre o papel da acumulação por despossessão e o *land grabbing* como a principal

⁵ “O termo ‘atividade carbonífera’ abrange todos os processos que estão relacionados ao carvão mineral, iniciando com a mineração, passando pelo transporte e beneficiamento do produto minerado, a utilização destes produtos para fins de produção de energia elétrica ou carboquímica, a disposição de resíduos e efluentes gerados nos processos e a recuperação da área explorada. Importa saber que o carvão mineral explorado é um combustível fóssil que se originou a partir da decomposição de matéria orgânica durante milhões de anos, sob determinadas condições de temperatura e pressão. Sua composição principal são átomos de carbono, oxigênio, nitrogênio e enxofre, em associação com elementos rochosos, como arenito, siltito e folhelhos, e com minerais, como a pirita” (ANEEL, 2008 *apud* VANACOR, 2020, p. 24).

⁶ Segundo Haesbaert e Limonad (1999 *apud* VANACOR, 2020, p. 18), os territórios são construções históricas resultantes de relações de poder tanto concreto quanto simbólico que se moldam a partir da relação entre o espaço geográfico e a sociedade.

via de ajuste tempo-espaço do capital acumulado por despossessão. Na seção 3, trazemos uma caracterização da economia dos Municípios de Hulha Negra e Candiota, considerando suas formações históricas, bem como as contradições existentes sobre a percepção de desenvolvimento socioeconômico a partir do carvão e a alternativa de produção agropecuária diversificada, a partir da reterritorialização das famílias de agricultores familiares nesses municípios. Na seção 4, analisamos o EIA/RIMA (2020) no que tange, especificamente, ao impacto socioeconômico do empreendimento e o modo como este se insere no fenômeno do *land grabbing*. Por fim, tem-se as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa.

Justificamos a importância desta análise, uma vez que contrapõe a percepção de que a atividade carboquímica é o principal e único fator de desenvolvimento socioeconômico para os municípios, o que deve se agravar ainda mais com a exploração realizada por empresas privadas, com capital externo e que usa mão-de-obra oriunda de outros locais, impactando direta e indiretamente os territórios de assentamentos rurais que são tidos como real fator de dinamização socioeconômica nos municípios. Trata-se de uma atividade que busca atender as necessidades do capital, intensificada no período de crise do capitalismo contemporâneo. Compreende-se aqui que, devido ao caráter invasivo e dominante da atividade minerária e o fato de os assentamentos terem como princípio orientador e horizonte produtivo a agricultura agroecológica, eles são incompatíveis.

1. Causas da crise do capitalismo contemporâneo e o extrativismo: A acumulação por despossessão e o *land grabbing* como ajuste tempo-espaço do capital

O capitalismo é um sistema estruturalmente contraditório na medida em que a produção se dá de modo coletivo, através da geração de riqueza por meio da atividade

da classe trabalhadora e a apropriação dessa riqueza é um ato privado, pelos capitalistas que detêm os fatores de produção. Tanto trabalhadores quanto capitalistas estão subordinados à lógica do capital: aos trabalhadores resta ofertarem sua força de trabalho no mercado de trabalho, para conseguirem renda e sobreviverem na sociedade de mercado; entre os capitalistas, há a necessária busca da ampliação da extração de mais-valia, seja ela relativa ou absoluta. A ampliação da mais-valia relativa pressiona a incorporação do progresso tecnológico, o que aumenta a taxa orgânica do capital e reduz a produção de valor, dado que só o trabalho é capaz de gerá-lo. Esses mecanismos de aumento de extração da mais-valia acabam por aumentar a produtividade do trabalho e do capital, ao mesmo tempo que destituem trabalho. Já a expansão da mais-valia absoluta⁷ demanda meios como a fragilização de direitos trabalhistas, o que incorre em redução da renda dos trabalhadores e consequente redução do consumo. Há, portanto, uma expansão da produção de mercadorias que não se efetivam. Caso o capitalista individualmente não siga essa busca pela ampliação da acumulação de capital, será ineficiente e acabará transferindo valor para os seus concorrentes que possuem maior eficiência, e, por consequência, sucumbirá diante destes.

A análise marxista sobre a crise do capitalismo contemporâneo parte das premissas de que a crise nesse sistema é um componente endógeno, estrutural, sendo o processo de acumulação cíclico, assim como cíclicas são as crises. Ainda, são nas crises que as contradições desse sistema se mostram de modo mais aparente e agudizado. Portanto, corroborando com Carcanholo (2008; 2011), a compreensão das crises no capitalismo passa por rever a crise anterior, uma vez que a crise atual é um desdobramento dialético das contradições que foram desenvolvidas na contemporaneidade, sendo a lógica do processo de acumulação nessa fase consequência do modo como se saiu da crise

⁷ Sinteticamente, a expansão da mais-valia absoluta ocorre com a ampliação do tempo de exploração do trabalho. Com a organização dos trabalhadores e mesmo com as limitações físicas que essa exploração apresenta, os capitalistas procuram intensificar a exploração do trabalho, por meio do emprego do progresso tecnológico, expandindo a mais-valia relativa. Outro modo de expandir a mais-valia relativa é reduzindo o custo de vida dos trabalhadores, o que “despressiona” a relação capital-trabalho, tendendo a converter uma parte maior do excedente econômico em lucro e não em salário.

anterior do sistema. Assim, as crises ocorrem quando a disfuncionalidade dos fatores que foram funcionais para enfrentar a crise de valor anterior se tornam predominantes.

As crises do capitalismo resultam de superprodução e da redução da taxa de lucro, por meio da ampliação da taxa orgânica do capital. Há, portanto, um excedente de valor-capital. Segundo Carcanholo (2011, p. 74), os elementos que formam a resposta do capital a essa crise estrutural são: i) o processo de reestruturação produtiva que promoveu a redução dos tempos de rotação do capital, elevando, assim, a taxa anual ou periódica do lucro; (ii) as reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia nos países centrais e periféricos; (iii) o aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a acumulação nos países centrais, por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou por remessas de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos decorrentes do investimento estrangeiro direto; (iv) a expansão dos mercados a partir do processo de abertura comercial e do processo de liberalização financeira (que são a base do processo); (v) a mudança na lógica de acumulação do capital, segundo as determinações do capital fictício. Vamos detalhar alguns desses pontos e destacar o ajuste tempo-espaco do capital que tem na acumulação por despossessão sua frente de existência.

Uma resposta do capitalismo para a ampliação da valorização do capital sobreacumulado foi a desregulamentação financeira, nos anos 1970, criando um espaço adicional para a valorização do capital e reduzindo o tempo de rotação do capital. Mas, a determinação da lógica da acumulação por meio do capital fictício tem uma especificidade muito importante: o capital a juros representa um direito sobre a posse de um valor que muitas vezes não é realizado. O fictício não quer dizer que não seja capital; trata-se de um porvir; é fictício, uma vez que representa um valor que pode não se materializar, ou seja, [...] “do ponto de vista da totalidade do capitalismo, constitui um capital fictício, na medida em que tem como base a mera expectativa de algo que pode nem se constituir” (CARCANHOLO, 2011, p. 75).

Mas, ao mesmo tempo que representa uma funcionalidade para o capital, pois coloca para o futuro a necessidade de geração de valor, esse processo é dialético, dado que a expansão dos títulos de apropriação sobre um valor não significa que esse valor será realizado. Assim, enquanto a funcionalidade dessa desregulamentação expandiu a valorização do capital acumulado, o sistema estava em expansão; no entanto, quando a disfuncionalidade passa a predominar, quando há uma prevalência do capital fictício, ou seja, do capital que tem direito de apropriação de um valor que não foi realizado, o ciclo passa a entrar em crise. “A nova crise estrutural do capitalismo, neste início do século XXI, se explica justamente pelo predomínio da *disfuncionalidade* da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total” (CARCANHOLO, 2011, p. 76).

Um dos modos de enfrentar a crise de sobreacumulação, que tem mercadorias não realizadas em decorrência do desemprego, do excesso de capital, da queda da taxa de lucro (aumento da taxa orgânica do capital) e dominância do capital fictício é um reajuste na dinâmica tempo-espaço do capital. Quem colabora para a compreensão desse fenômeno é David Harvey (2004, 2011, 2014, 2018). Quanto ao tempo, a intenção é postergar os retornos do capital atual, ou tornar o consumo com tempo próximo de zero (a exemplo do turismo), e o custo de “produção” tendendo ao mais baixo possível, inclusive igual a zero (o que muitas vezes ocorre no extrativismo). Já no que concerne ao espaço, a intenção é expandir a capacidade de absorção de mercadorias por meio da incorporação de novos mercados, bem como novas fontes de matérias-primas, ou seja, o domínio de novos territórios. Logo, o ajuste tempo-espaço é a combinação dos deslocamentos no tempo e no espaço.

“Ao se deslocar espacialmente, o capital incorpora territórios que antes não estavam sob sua lógica e a forma mais recorrente desta incorporação é via acumulação por despossessão” (PEREIRA, 2019, p. 8). Assim, a acumulação por despossessão acaba liberando recursos, a custos muito baixos tendendo a zero, entre eles a mão-de-obra e territórios, para que esse capital sobreacumulado possa se ancorar. Então, a desterritorialização no capitalismo contemporâneo é a despossessão, conceito cunhado por Harvey

(2014). Assim como Pereira (2019), entendemos que o fenômeno do *land grabbing*⁸ é um dos principais ajustes de tempo-espaço do capital, uma vez que amplia os domínios sobre territórios de modo bastante acentuado a partir dos anos 2007-2008, momento em que ocorre a crise de inflação dos alimentos e a crise financeira.

A “corrida por terras” não é um fenômeno novo, mas recentemente foi potencializada pela crise dos alimentos de 2007-2008, e tem se mantido pela expectativa de ganhos econômicos. “*The 2007/2008 spike in commodity prices marked the start of a media reports on farm land acquisitions that were soon referring to a new “global land rush”* (LAND MATRIX, 2012, p. 1). Trata-se de uma prática que terá impacto sobre os direitos da população como um todo, mas principalmente sobre as populações locais, diretamente afetadas no seu modo de vida e nas relações sociais. Trata-se do uso de recursos naturais, seja pela propriedade, seja pela posse como gestão ou investimento financeiro, que são tomados de pessoas pobres e marginalizadas por outros atores que possuem poder (MEHTA *et al.*, 2012). As principais frentes de *land grabbing* são a expansão do agronegócio e a intensificação do extrativismo e um aspecto importante desse processo é a atuação ativa dos Estados para a implantação de medidas neoliberais de possibilitem o *land grabbing*.

Desde o final dos anos 1980 até os anos 2000, vários países da África e da América Latina começaram um processo de flexibilização das regulamentações existentes, caso dos últimos, ou a constituição de uma legislação neoliberal, o que ocorreu com os primeiros. Ambos os movimentos estão em consonância com as políticas econômicas neoliberais e visavam: i) a garantia por parte do Estado da segurança jurídica e física dos títulos de mineração e a possibilidade de transferência; ii) a privatização das empresas de mineração estatais; iii) redução da carga tributária e um regime de taxaço frouxo; iv) implementação de medidas mínimas para a conservação do meio ambiente a para segurança

⁸ The term grabbing raises disturbing memories of past enclosures and dispossessions (MEHTA *et al.*, 2012, p. 195). Aqui utilizamos, tal qual Pereira (2019), como sinônimo de controle do território, seja por meio de fatores econômicos ou extra-econômicos.

do trabalho, e; v) a marginalização e a criminalização da mineração artesanal. No final dos anos 1990, em meio a um período de recessão, os investimentos em mineração se multiplicaram, e no início dos anos 2000, puxados pelo crescimento econômico Chinês que mantinha a demanda em franca expansão, a América Latina era o principal destino das inversões, 25% do total, seguida pelo Canadá e pelos países africanos, que totalizavam cerca de 13% dos investimentos (SACHER, 2015).

Assim, estamos tratando de um fator utilizado para enfrentar a crise de sobreacumulação de capital iniciada nos anos 1960-1970 e é nessa perspectiva que pesquisamos a expansão da fronteira minerária no Rio Grande do Sul. Consideramos que a expansão da acumulação por despossessão, e seu principal mecanismo de ajuste tempo-espço, o *land grabbing*, estão vinculados a esse processo, que passa, inclusive, pela financeirização de elementos naturais, como a terra. É nesse contexto que se insere a implantação da UTE Nova Seival, que atinge assentamentos da reforma agrária em Hulha Negra e Candiota. Para amparar nossa análise sobre os impactos trazidos no EIA/RIMA (2020) sobre essas comunidades, apresentamos a seguir uma breve análise do desenvolvimento socioeconômico dos municípios em questão.

2. Economia de Hulha Negra e de Candiota: o desenvolvimento a partir do dinamismo socioeconômico dos assentamentos rurais

Atualmente, o Município de Candiota tem a maior parte da renda gerada na sua economia advinda da atividade carbonífera, mas o uso de combustível fóssil para geração de energia está cada vez mais contestado. Para Vanacor (2020), algo muito plausível é antever os problemas econômicos que o município terá ao permanecer amparado nessa atividade econômica em detrimento da diversificação da pauta produtiva. Cerca de 38% das reservas de carvão do Brasil estão no Município de Candiota, o que faz com que tenha

grande relevância na economia do município, exacerbando resistências às críticas à exploração, mesmo diante dos visíveis danos ambientais e fragilidades econômicas decorrentes do apoio a uma atividade de exploração mineral, e que está fadada ao fim antes mesmo da exaustão das reservas de carvão. Vanacor (2020) recomenda a necessidade de desenvolver outras atividades econômicas no município, para preparar a população local para a possível interrupção da atividade carbonífera no futuro próximo.

No entanto, existe uma visão de progresso a partir da exploração do carvão bastante consolidada entre a população de Candiota. Fritz e Waquil verificaram, ainda em 2003, que apesar dos visíveis danos ambientais, as externalidades positivas, como a geração de empregos e renda, eram percebidas pela população como superiores às externalidades negativas oriundas dos impactos ambientais⁹. Na pesquisa de Pereira (2013), uma década depois, foi detectado entre 60% dos entrevistados¹⁰ uma falta de crítica sobre a degradação ambiental, ainda vinculando-a ao crescimento econômico; na pesquisa da autora com Almeida em 2015, entre aqueles que admitiam a ocorrência dos danos ambientais, os desprezavam por considerarem que a atividade carbonífera estava encerrando suas atividades e, portanto, se tratava de um dano passageiro. “É como se a maioria dos entrevistados não quisesse se preocupar com algo tendente a desaparecer, a estagnar ou diminuir, a fim de evitar um desgaste” (PEREIRA; ALMEIDA, 2015, p. 129).

A pesquisa de Fritz e Waquil (2003) ocorre em meio a uma exploração carbonífera liderada pelo Estado, que acabava “suavizando” os impactos ambientais por meio de uma maior transferência social dos ganhos econômicos resultantes da exploração mine-
rária. Pereira (2013), por sua vez, realiza sua investigação em um contexto de exploração

⁹ [...] “Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem (a) a saúde, a segurança e o bem-estar da população, (b) as atividades sociais e econômicas, (c) a biota, (d) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, (e) a qualidades dos recursos ambientais (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1991, *apud* FRITZ; WAQUIL, 2003, p. 120-121).

¹⁰ Os pesquisadores entrevistaram 46 pessoas situadas direta ou indiretamente no espaço rural e envolvidas com a temática do carvão mineral, entre janeiro e março de 2012, por meio de um roteiro de entrevistas semiestruturado.

mista, no qual se mantinha a percepção de que o desenvolvimento socioeconômico resultaria da mesma atividade. Vanacor (2020) ressalta que, atualmente, o debate local segue ignorando os impactos ambientais e as consequências socioeconômicas do Polo Carbonífero, concentrando-se no embate sobre a exploração por empresas estatais ou exclusivamente pelo setor privado.

Respeitando a população local, queremos contribuir para uma análise crítica, por meio de dados secundários e estudos empíricos já publicados, sobre as melhorias de qualidade de vida por meio da atividade carbonífera *vis-à-vis* o desenvolvimento a partir do fortalecimento da agricultura familiar nos dois municípios. [...] “A representação social central da atividade carbonífera como crescimento econômico remete a uma idealização de ascensão econômica do município [Candiota], tanto na cidade quanto no campo, mas que, segundo os entrevistados, não é possível de ser visualizada de forma homogênea” (PEREIRA; ALMEIDA, 2015, p. 140); ou seja, se defende uma atividade que é temporária, uma vez que se encerra a partir da exaustão do mineral, concentradora de renda, que traz danos ambientais e que acaba por ser um projeto de desenvolvimento que não promove qualidade de vida para a população. Parte disso se deve, segundo estudos que aqui compilamos, a uma defesa sem contra-argumentos no âmbito local. Tanto Pereira (2013) quanto Vanacor (2020) verificaram que há uma defesa local muito forte para o desenvolvimento socioeconômico através da atividade carbonífera.

Pereira e Almeida (2015) pontuam que mesmo diante de aspectos socioeconômicos locais danosos, como a inflação¹¹ e a queda drástica de empregos¹², o Governo Federal incluiu o carvão mineral nos leilões de energia e, concomitantemente, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do RS abriu as discussões para a revisão da legislação ambiental, mais especificamente sobre a lei que delimita a quantidade de emissões de poluentes

¹¹ Ocasionalizada pelo aumento de demanda, onde a maior parte da população tem baixa renda.

¹² “Observando-se a evolução do número de funcionários da CGTEE/Eletróbrás – Usina Termelétrica, que, ao atingir 96,3% da construção da fase C da usina (Candiota III, 350 MW), contou com mais de 4.130 trabalhadores em 31 de agosto de 2010. Mais tarde, em 31 de outubro de 2010, eram 3.080 trabalhadores, já incluídos os 450 chineses que participaram da transferência de tecnologia. Em 31 de dezembro de 2010, eram 950 operários envolvidos com a construção da fase C, sendo 180 chineses. No final de março de 2013, segundo a divulgação de dados gerados pela empresa CGTEE/Eletróbrás, eram 526 funcionários” (PEREIRA; ALMEIDA, 2015, p. 129).

pelas usinas termelétricas. Trata-se de uma região que também tem sua economia formada por estabelecimentos rurais, mas que dado o baixo dinamismo dos latifúndios de pecuária extensiva e de monocultura, além do pouco apoio à agricultura familiar produtora de alimentos dos assentamentos rurais, o rural é visto como algo atrasado, enquanto a atividade carbonífera é a atividade moderna.

A exploração do carvão na perspectiva do crescimento econômico também está muito atrelada às interpretações que os atores possuem do meio rural. Ao representarem esse espaço como sinônimo de atraso e o carvão como sinônimo de desenvolvimento econômico e fator de atração de investimentos, a produção agropecuária e a própria vida no campo tornam-se algo insustentável. [...]. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que, para os agricultores pecuaristas entrevistados, viver no campo também é sinônimo de qualidade de vida, viver nesse espaço com dificuldades e na pobreza não é desejável. Sendo assim, é preferível que os filhos migrem para a cidade, que se tornem técnicos e trabalhem para as empresas carboníferas. A migração para a zona urbana e o apoio à exploração do carvão não são apenas estimulados pelas facilidades e maiores oportunidades da cidade, mas também pela motivação principal para a mudança de vida, evitando-se as dificuldades de se permanecer no campo (PEREIRA; ALMEIDA, 2015, p. 133-134).

Portanto, a pesquisa de Pereira e Almeida (2015) verificou que não há um desejo de migrar para a cidade e transferir mão-de-obra rural para as atividades carboníferas, mas que a ausência de recursos econômicos e de infraestrutura faz com que a criação de postos de trabalho nas atividades carboníferas seja almejada. Vanacor (2020) identificou que a busca de trabalhos na cidade por agricultores e pecuaristas segue não sendo motivada pela atratividade da atividade carbonífera em si, mas como um meio para superar os problemas enfrentados no campo. A autora faz algumas ressalvas no contexto atual, de exploração por meio do capital privado: boa parte dos novos empregos são para pessoas de fora do município, principalmente os de maior remuneração. Isso não se restringe só a estrangeiros, mas também a trabalhadores de outros locais do país que, inclusive, acabam por morar em Bagé, não realizando parte do multiplicador econômico local, ou seja, não dinamizando indiretamente a economia local por meio do consumo.

Sobre a relação crescimento econômico via expansão das atividades do Polo Carboquímico e desenvolvimento econômico, Vanacor (2020) analisou o Idese¹³, que mensura o nível de desenvolvimento dos municípios gaúchos, para os municípios que compõem o Polo Carboquímico, conforme o **Quadro 1** a seguir.

Quadro 1 – Idese dos municípios que compõem o Polo Carboquímico Campanha em 2016 e comparação com o Estado do RS.

Unidade territorial	Educação		Renda		Saúde		Idese total	
	índice	Posição	índice	Posição	índice	Posição	índice	Posição
Aceguá	0,623	466°	0,751	106°	0,854	217°	0,742	258°
Bagé	0,705	308°	0,644	299°	0,795	435°	0,714	350°
Caçapava do Sul	0,725	234°	0,577	407°	0,762	484°	0,688	418°
Candiota	0,748	157°	0,637	312°	0,807	396°	0,730	309°
Dom Pedrito	0,673	402°	0,639	307°	0,805	405°	0,706	373°
Hulha Negra	0,650	437°	0,595	374°	0,847	244°	0,697	396°
Lavras do Sul	0,676	391°	0,628	336°	0,778	463°	0,694	407°
Pinheiro Machado	0,673	404°	0,574	414°	0,729	493°	0,659	470°
Pedras Altas	0,769	102°	0,728	137°	0,833	300°	0,777	140°
Rio Grande do Sul	0,710	-	0,732	-	0,819	-	0,754	-

Fonte: VANACOR (2020) a partir da SEPLAG/DEE (2019).

¹³ O Idese é dividido em três categorias: Educação, Renda e Saúde. Também é calculado o Idese Total a partir da média aritmética dos indicadores encontrados em cada categoria. No Idese, o nível de desenvolvimento é lido da seguinte maneira: quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento, e quanto mais próximo de 0, menos o desenvolvimento. Considera-se um alto desenvolvimento a partir de 0,8; um desenvolvimento médio entre 0,5 e 0,799 e um desenvolvimento baixo quando o índice ficar abaixo de 0,499” (VANACOR, 2020, p. 52).

O município que apresentou o maior índice de desenvolvimento considerando todas as dimensões foi Pedras Altas (0,777), e o município que compõe o Polo Carboquímico e que possui o menor Idese é Pinheiro Machado (0,659). Entre os 491 municípios que compõem o Estado do RS, Candiota está na posição 309º no *ranking* de desenvolvimento, considerando o Idese, e Hulha Negra na 396º posição. Tanto Hulha Negra quanto Candiota apresentam desenvolvimento médio, segundo o Idese total, assim como o estado do Rio Grande do Sul. Portanto, afirmamos, do mesmo modo que Vanacor (2020), que a atividade carbonífera não promoveu desenvolvimento significativo para garantir destaque de desenvolvimento entre os demais municípios do estado.

Outro aspecto importante vinculado à representação da atividade carbonífera como meio para o desenvolvimento por parte da população é a tributação e a provável infraestrutura advinda desta. Vanacor (2020) comparou o produto interno bruto (PIB) dos municípios do Polo Carboquímico com o Idese destes, para ver se seria possível relacionar diretamente um aumento do PIB com um aumento do ICMS transformado em mais infraestrutura e serviços para a sociedade. O **Quadro 2**, com os PIBs dos municípios que compõem o Polo Carboquímico, em ordem decrescente de grandeza, é apresentada a seguir.

Quadro 2 – PIB dos municípios do Polo Carboquímico Campanha e RS em 2016.

Unidade territorial	PIB, a preços correntes (R\$ 1.000) em 2016
Bagé	2.675.247
Dom Pedrito	1.171.903
Caçapava do Sul	757.197
Candiota	458.309
Pinheiro Machado	286.055
Aceguá	250.332
Lavras do Sul	246.982
Hulha Negra	156.984
Pedras Altas	96.142
Rio Grande do Sul	408.789.529

Fonte: Vanacor (2020) a partir de IBGE (2019).

Comparando o Quadro 1 com o Quadro 2, podemos perceber que Pedras Altas é o município que apresenta o menor PIB entre aqueles que compõem o Polo Carboquímico; no entanto, é o mais desenvolvido, e Aceguá tem o segundo melhor Idese, mas é o sexto na classificação decrescente do PIB. Assim, concordamos com Vanacor (2020) quanto a não existência de relação direta entre PIB e bons índices de desenvolvimento.

Ressalta-se que a consideração da grande desigualdade da acumulação da riqueza gerada nos municípios está subdimensionada, o que tenderia a reduzir ainda mais a relação direta entre PIB e desenvolvimento, utilizando uma perspectiva mais complexa para além do aumento do crescimento econômico. E se o Polo Carboquímico não gera o desenvolvimento econômico para a sociedade como um todo, ficando restrito a poucos postos de trabalho, socializando os danos ambientais e vulnerabilizando a economia local, por ter sua atividade atrelada à exaustão do carvão e atualmente ameaçada por sanções mundiais que podem paralisar as atividades antes que as reservas de carvão sejam totalmente exauridas, quais as alternativas de desenvolvimento socioeconômico para os municípios de Candiota e Hulha Negra?

Procuramos apresentar brevemente a formação econômica do Município de Candiota, estendendo essa análise ao Município Hulha Negra, para refletirmos sobre o contexto atual e a importância dos territórios de assentamentos rurais para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. A economia de Candiota se constitui a partir da pecuária extensiva. Em 1727, Emílio Luiz Mallet identificou a presença de carvão aflorando na superfície do território que hoje é Candiota. Em 1850, iniciaram-se estudos para que o carvão pudesse ser utilizado e, em 1863, o Império brasileiro oficializou a primeira concessão de lavra de carvão, mas a exploração comercial iniciou-se em 1910. Em 1920, começou a expansão das charqueadas, que utilizavam as carvoeiras como combustível para a produção de carne seca e salgada. Hoje, além da pecuária extensiva, que segue sendo importante para a economia do município, há a exploração de carvão, fábricas de cimento, comércio e agricultura que produz alimento e sementes a partir dos projetos de

assentamentos rurais. A economia local tem baixo dinamismo comercial, o que pode ser atribuído ao baixo nível de renda do município (FRITZ; WAQUIL, 2003; VANACOR, 2020).

A atividade carbonífera em Candiota acabou por atrair esporadicamente mão-de-obra, principalmente nos períodos de construção de usinas. Os núcleos urbanos estão espacialmente desconectados, sendo suas constituições atreladas à atividade carbonífera em suas fases de expansão, estagnação e extinção. Assim, o Município de Candiota é composto pelos Distritos de Candiota, Baú, Passo Real de Candiota e Seival, onde ficam os seis núcleos urbanos: Dario Lassance, João Emílio, São Simão, Vila dos Operários, Vila Residencial e Seival. A constituição agrícola de Candiota está vinculada ao distrito de Seival, que abrigava estâncias já na metade do século XIX. Já Hulha Negra é um município com matriz econômica mais voltada à agropecuária.

Em 1988, se iniciou o projeto de assentamentos rurais, ainda antes da emancipação dos Municípios de Hulha Negra e Candiota, que se constituem em 1992, sendo o primeiro emancipado de Bagé e o segundo de Bagé e Pinheiro Machado. Esse processo foi marcado por grande repulsa do latifúndio local e pela falta de recursos econômicos e sociais, no que tange à infraestrutura, aos insumos e à assistência técnica (já que parte considerável dos assentados é oriunda de outras localidades, com saberes produtivos que não são compatíveis com nas condições locais). Alves e Silveira (2005) identificam o processo de assentamentos rurais como a formação de uma nova dinâmica socioeconômica em Hulha Negra e Candiota, além de representar a distribuição de terras e contribuir para a reforma agrária, na medida em que há uma alteração do padrão produtivo local e uma redistribuição de terras. Segundo os autores, esse processo traz uma dinâmica socioeconômica em nível regional e estadual, uma vez que a maior parte dos assentados é oriunda de regiões formadas por pequenas e médias propriedades, na metade norte do estado, para a metade sul, local em que há alta concentração de terras, com produção de monocultura e pecuária extensiva. Essa diferenciação da estrutura fundiária, por menor que seja, acaba gerando uma diferença de dinamismo econômico, como apontam Alves e Silveira (2006, p. 20):

Em 1996, Candiota tinha 401 propriedades rurais com a inserção de novos assentamentos, o município passou a ter 1.523 propriedades rurais, um aumento de 379% nos estabelecimentos. [...] Houve um aumento nas propriedades com menos de 100 hectares no período estudado, passando de 72% em 1996 para 88% do total, provocando um acréscimo nos estabelecimentos de agricultura familiar no município (ALVES; SILVEIRA, 2006, p. 20).

Para Alves e Silveira (2005), a implantação dos assentamentos redistribui a terra e dinamiza a economia, criando novos atores e alterando o espaço, reconfigurando a estrutura produtiva. Conforme Vanacor (2020), os atores produzem territórios que se estabelecem de modo subjetivo e social, assim como na dimensão material, concreta. “Criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses agricultores um esforço que perpassa sua condição de camponês. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída” (MEDEIROS, 2007, p. 3), e esse processo se dá em meio a uma dolorosa desterritorialização em que agricultores precisam migrar para uma região distante do seu convívio social, cujo clima e condições de produção diferem daquelas que estavam habituados.

Esse deslocamento para uma nova realidade (que transforma todas as esferas de suas vidas: social, econômica, política, cultural...) trata-se de um processo bastante difícil e de uma violência que se ameniza com a reterritorialização. É importante perceber que os assentamentos não são um somatório de lotes que podem ser deslocados de lugar sem ônus para outro, que não o transporte dos que nele vivem. Constituem, pois, um território, de uma comunidade que já se viu desterritorializada pelo Estado, que conseguiu, enquanto tal, constituir meios para que o processo de reterritorialização trouxesse significado ao seu modo de vida. Ainda, esses meios perpassam a constituição de redes de solidariedade, como as cooperativas que vinculam os territórios de assentamentos que, por mais que não estejam espacialmente em continuidade, formam um mesmo processo de criação desse território de assentamentos de agricultores familiares na região da Campanha gaúcha.

E essa rede que se forma no território dos assentados rurais acaba por impactar positivamente o desenvolvimento do município como um todo, seja na produção de alimentos, na renda gerada que não é concentrada e que consome localmente, como também nas demandas por melhorias na infraestrutura local. Medeiros (2007) pontua que a implementação de novas estruturas, tanto na área rural, como na urbana, deve muito ao processo reivindicatório e ao espírito cooperativista que vinham se desenvolvendo dentro dos assentamentos. Sobre a alteração da produção, agora diversificada e parte agroecológica, isso ocorreu mesmo sem o auxílio dos órgãos competentes, e os assentamentos de Hulha Negra e Candiota começaram a produzir alimentos para a subsistência e para o comércio. São formadas as cooperativas que fortalecem a dinâmica econômica e vinculam os diversos assentamentos em um território de assentados rurais da campanha gaúcha.

Os pequenos produtores em um período de tempo curto demonstraram através do aumento da produção e da produtividade a sua importância para a região. Os assentamentos na campanha gaúcha surgem em um lugar onde o latifúndio pecuarista detinha a primazia territorial e política, por este motivo sofrem uma pressão muito grande nos períodos iniciais a sua implantação. A nova forma de produção preconizada coloca em xeque o poder dos latifundiários pecuaristas da região, que cada vez mais se organizam para deter a territorialização dos assentamentos no que seria o lugar do latifúndio pecuarista da região (MEDEIROS, 2007, p. 5-6).

A resistência do poder tradicional dos latifundiários locais, vinculada a essa visão de que o rural é atrasado e precário, acaba por atribuir um “fracasso” aos agricultores familiares que satisfaz o poder estabelecido, ao mesmo tempo que obscurece um processo no qual o Estado não garantiu meios para que os agricultores que constituíssem os territórios de assentamentos rurais nos Municípios de Candiota e Hulha Negra. De modo livre, podemos dizer que o processo de reforma agrária, além de lento e tímido, é promovido pelo Estado, mediante luta social, para não dar certo. Mas a luta e a organização dos assentados, muitas vezes, frustram esse Estado. O Estado, mesmo sabendo das necessi-

dades dos assentados, muitas vezes, não age de modo a cooperar com o processo. Conforme Alves e Silveira (2005), a prefeitura de Candiota captou as demandas dos agricultores assentados e pouco ou nada fez sobre elas.

De acordo com dados levantados no Diagnóstico Situacional e os anseios priorizados pelos próprios assentados, deve-se considerar as restrições dos canais de comercialização, tanto em nível municipal como regional. Fator restritivo em nível municipal é a presença de diversas vilas urbanas com distâncias consideráveis entre si, não havendo concentração significativa e potencial de consumo, dificultando processos de comercialização. Portanto, para viabilização das atividades produtivas a serem desenvolvidas, é necessário realizar um estudo detalhado de mercado, considerando vários aspectos, como: demanda quantitativa e qualitativa, condições de acesso viário distâncias e trafegabilidade), perecibilidade dos produtos, entre outros, minimizando assim riscos de frustrações e possibilidades e planejamento produtivo (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA, 2005 *apud* ALVES; SILVEIRA, 2005).

Vendo a reivindicação dos agricultores dos territórios rurais, desde 2005, percebemos que o modelo de desenvolvimento a partir da produção carboquímica acabou por gerar um município espacialmente desconectado, que expõe a concentração de renda e o dinamismo econômico em curva, com pontos de cume com duração temporal curta e vales que se perpetuam. Se antes a preocupação estava restrita aos danos ambientais e à exaustão do mineral, agora a exploração por capital privado, com tecnologia externa, com a pressão internacional para que a geração de energia a partir do carvão cesse impõem uma complexificação ainda maior sobre dinâmica. Candiota já colhe os frutos danosos do desenvolvimento socioeconômico a partir do carvão. A falta de perspectiva no rural, que decorre da falta de apoio do Estado e da sociedade, muitas vezes, faz parecer que um fator de desenvolvimento é um fator de estagnação. Os territórios de assentamentos rurais representam a diversificação, a inclusão, o cooperativismo, a sustentabilidade ambiental e são um fator de dinamismo socioeconômico fundamental para um desenvolvimento econômico e social sustentado dos municípios de Candiota e Hulha Negra, algo que está omitido do EIA/RIMA (2020), como veremos a seguir.

3. Análise de impactos socioeconômicos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA, 2020)

Nesta seção, buscamos por meio do aporte teórico supracitado e de estudos já realizados na região, agregado com entrevistas semiestruturadas feitas de maneira virtual¹⁴, entre os dias 1º e 06 de junho às lideranças locais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e de membros da Rede de Sementes Agroecológicas da BioNatur, argumentar e qualificar criticamente as análises a respeito dos impactos socioeconômicos levantados no EIA/RIMA (2020), dando ênfase aos pontos elencados nos quadros 7-1, 2, 3 e 4, expostos no Capítulo 7 (Vol. 5) deste, que serão trazidos no corpo do texto com os devidos recortes, para que se possa ter uma melhor visualização dos pontos em análise. Destacamos esses quadros por serem aqueles que apresentam (ou omitem) os fatores socioeconômicos na defesa de um desenvolvimento para o município que beneficiará a população local, inclusive os assentados rurais. Além disso, iremos apresentar e analisar alguns pontos que consideramos frágeis no estudo apresentado à população dos assentamentos a partir da audiência pública.

3.1. Apresentação dos assentamentos impactados

O EIA/RIMA (2020) aponta que o empreendimento afetará o Assentamento Estância Samuel (Sepé Tiaraju), o Assentamento Estância Velha I e o Assentamento Camboatá (Roça Nova), que estão localizados em diferentes proporções nos Municípios de Hulha Negra e Candiota. Sendo o primeiro identificado na área diretamente afetada (ADA) e os demais na área de influência direta (AID). Estas, juntamente com a área de influência in-

¹⁴ As entrevistas tiveram em média duração de 1h30min., por meio da plataforma Google Meet.

direta (AII), compõem as áreas de influência que sofrerão alterações nas fases de planejamento, instalação, operação e desativação do empreendimento, sendo classificadas de acordo com o tipo de impacto¹⁵ que sofrem.

O Assentamento Estância Samuel foi criado em 2002, abarcando 47 lotes, que totalizam 1.600 ha. Ali vivem 42 famílias que possuem como principais atividades a pecuária leiteira, a bovinocultura de corte, e a olericultura. São famílias que, para além da comercialização de seus produtos, garantem sua segurança alimentar a partir do autoconsumo de diversos produtos e subprodutos gerados em seus lotes, fazendo parte de uma cadeia de produção de hortaliças e sementes agroecológicas que foi estabelecida na região, por meio do trabalho da Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur (localizada no Assentamento Roça Nova).

A BioNatur é a maior cooperativa de beneficiamento de sementes agroecológicas da América Latina, com alcance significativo de vendas em todo o país. Seu trabalho iniciou em 1997, a partir da associação de 12 assentados à Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda. (CONATERRA). Atualmente, a BioNatur é parte de uma rede que compreende o MST e a Via Campesina, integrando ao seu processo de produção, que alcança anualmente em torno de 20 toneladas de sementes e mais de 88 variedades de espécies, mais de 160 famílias assentadas. A BioNatur, para além da proposta de produzir sementes agroecológicas, se coloca em uma perspectiva de geração de renda, de promoção de identidade aos assentados com a agroecologia, de geração e troca de conhecimentos, organização produtiva, promoção de autonomia e saúde, tanto para as famílias cooperadas como para seus compradores (SILVA, 2015).

¹⁵ ADA: Local de implantação do empreendimento e que deverá sofrer intervenções diretas em função das atividades relacionadas; AID: Toda área sujeita aos impactos diretos do empreendimento sobre os recursos ambientais, modificando a sua qualidade ou diminuindo seu potencial de conservação ou de aproveitamento; AII: Área real ou potencialmente ameaçada pelos impactos indiretos do empreendimento. Abrange microbacias (rede de cursos hídricos superficiais), ecossistemas (flora e fauna) e sistema socioeconômico afetados por alterações ocorridas na Área de Influência Direta (AID). Para os impactos relativos ao meio socioeconômico, a ADA compreende os locais onde serão implantadas as estruturas da UTE Nova Seival, envolvendo o local da Usina, o traçado da Adutora e do Emissário, e a área de alague do Reservatório Passo do Neto, com a respectiva Área de Preservação Permanente (APP) e canteiro de obras. No mesmo critério, a AID representa os Municípios de Candiota (Usina e Reservatório) e Hulha Negra (Reservatório) e a AII compreende os Municípios de Aceguá, Bagé, Candiota, Hulha Negra, Pedras Altas e Pinheiro Machado (RIMA/2020).

O Assentamento Estância Samuel, como mencionado no EIA/RIMA (2020), é identificado pelas famílias como um ótimo local para viver devido à baixa incidência de delitos e crimes, o que gera um sentimento de segurança nas famílias. As famílias possuem um significativo elo afetivo entre si, com as suas propriedades e com os assentamentos vizinhos; são famílias que convivem e partilham experiências desde o momento que lutavam pelo direito à terra, nos acampamentos, e que hoje trocam saberes relativos às formas de produção em uma região comum e se organizam conjuntamente no auxílio mútuo de itinerários agrícolas. Esse assentamento está localizado na ADA, a qual afeta esses meios de vida e o território, na perspectiva de remoção compulsória de 26 famílias, devido aos impactos ambientais apresentados nos quadros 7-1, 7-2, 7-3 e 7-4 do EIA/RIMA (2020).

O Assentamento Estância Velha I foi criado em 2001 e hoje contabiliza 102 pessoas em sua comunidade. Ele está bem próximo da ADA do Reservatório Passo do Neto, sofrendo, assim, diretamente com as obras de implantação. Sobre as formas de uso dos lotes localizados no assentamento, estes são utilizados para moradia, bem como para diversas atividades produtivas que estão relacionadas, principalmente, com a agricultura e a pecuária. Há significativa criação de frangos para a produção de carne e ovos e também pomares caseiros. Grande parte da população economicamente ativa realiza as suas atividades laborativas no próprio terreno para fins de geração de renda e trabalho, que utiliza mão-de-obra familiar, o que é característico do modo de vida do assentado. Sendo assim, a principal atividade econômica da comunidade é proveniente das referidas atividades produtivas. Além disso, os moradores também sinalizam apreço pelas características de tranquilidade no local.

Já o Assentamento Camboatá (Roça Nova) foi criado em 2002 e está localizado no Município de Candiota, representando uma comunidade de 20 famílias que vivem e se reproduzem socialmente em 624,71 ha. As famílias seguem, em alguma medida, modos de vida semelhantes aos assentamentos acima descritos, onde a produção de grãos, a pecuária e a olericultura protagonizam suas rendas. O assentamento também é referência na diversificação produtiva dos lotes para o autoconsumo, o que garante a qualidade

de vida das pessoas que ali vivem. Esse espaço também conta com a sede da Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur.

No Assentamento também se localiza a sede do Centro de Educação Popular Pesquisas Agroecológicas – CEPPA, atuando em convênio com o INCRA e desenvolvendo projetos conjuntamente com os assentamentos e universidades da região, construindo centros de multiuso nas comunidades, cacimbas, redes de água, cisternas, cursos de formação (produção e beneficiamento de sementes, manejo agroecológico das propriedades rurais, artesanato, apicultura e ervas medicinais). Há uma grande estrutura consolidada, que permitiu que o CEPPA se tornasse referência não só pelos tanques de piscicultura, estufas e áreas de experimentos em agricultura agroecológica, mas pelos alojamentos (capacidade de 50 pessoas) e espaço adequado para a realização de cursos e formações (salas de aula e refeitório), que são frequentemente utilizados pelos assentados e por universidades federais que realizam trocas de experiências com o centro (VIEIRA, 2017). Tratam-se de assentamentos que formam rede de produção, de experiências de modos de vida, em um processo de reterritorialização da Região da Campanha Gaúcha.

3.2. Pontos críticos do EIA/RIMA (2020)

Por meio da análise de matriz de impactos do empreendimento Nova Seival, sistematizada no EIA/RIMA (2020) nos quadros 7-1, 7-2 e 7-4 e adaptadas nesse estudo pelos Quadros 1, 2 e 3, apontam-se os pontos críticos identificados nas diversas fases de implementação da usina termoeletrica, correspondentes à esfera de danos socioeconômicos, especialmente sobre os assentamentos. Sendo válido ressaltar que o EIA/RIMA não apresenta informações e/ou definições sobre boa parte dos atributos utilizados nos quadros de síntese citados (sendo estas citadas abaixo quando conceituadas no EIA/RIMA), configurando uma gama de interpretações subjetivas, que descredibilizam a avaliação da empresa sobre os danos e riscos causados. Assim, incorpora-se essa sinalização a todos os pontos analisados abaixo.

3.2.1. Geração de expectativas e incertezas na população

Na fase de planejamento, quanto ao item de “geração de expectativas e incertezas na população”, a empresa aponta que a natureza desse impacto é negativa, reversível, de incidência indireta, de duração temporária e de abrangência local (**Quadro 3**), ao passo que na descrição desse impacto, apresentam de maneira estanque que as expectativas estão relacionadas à qualidade de vida da população e que os receios estão atrelados aos prejuízos materiais, socioambientais ou interferências negativas no cotidiano da população e dos diferentes segmentos sociais, levando a uma justificativa realocada no corpo do EIA/RIMA, de que o impacto também possui natureza positiva (EIA, Vol. 4, Cap. 6.5, p. 218). Essa afirmação está endossada à interpretação das entrevistas realizadas com a população assentada nos municípios, ou seja, com as famílias que terão seus territórios irreversivelmente impactados. Contudo, essas entrevistas não levam em consideração o apreço da impressão de todos os afetados, tão pouco de sua maioria. Pelo contrário, reduz-se a coleta de dados a uma única pessoa, em alguns assentamentos, como demonstra o EIA/RIMA (2020). Não é plausível a construção de um parecer que encerra seu texto com a conclusão “favorável” por parte da população assentada a partir dessa metodologia de coleta de dados não representativa. Salienta-se que na ADA se propõe a remoção dessas famílias, que terão suas vidas completamente impactadas.

Quadro 3 – Síntese de avaliação dos impactos ambientais, quanto à geração de expectativas e incertezas na população, na fase de planejamento do empreendimento com base no quadro 7-1 do EIA/RIMA (2020).

Geração de expectativas e incertezas na população						
Fase de planejamento						
Localização		Atributos dos Impactos		Medidas Mitigatórias / Programas Ambientais Associados	Relevância	
ADA	Sim	Natureza	Negativa	Programa de comunicação social; Programa de reassentamento; Programa de negociação e indenização de terras e benfeitorias.	Sem Medidas	Com Medidas
AID	Sim	Incidência	Indireta		Negativa e Alta	Negativa e Média
All	Sim	Duração	Temporária			
		Temporalidade	Imediata			
		Abrangência	Local			
		Reversibilidade	Reversível			
		Probabilidade de ocorrência	Certa			
		Cumulatividade e sinergismo	Cumulativo e Sinérgico			
		Magnitude	Alta			
		Possibilidade de mitigação	Mitigável			

Fonte: Adaptado do Quadro 7-1 (EIA/RIMA, 2020).

Em relação aos demais pontos situados no Quadro 3, aponta-se a necessidade de estabelecer um nexo causal entre as incertezas e os possíveis danos, na medida em que a população ainda convive com dúvidas e inseguranças geradas pelos empreendimentos de mesma natureza, anteriormente instalados nesses municípios, segundo as fontes entrevistadas. Há uma confusão quanto aos danos reversíveis e temporários diante desse contexto. A abrangência desse impacto também não se reduz ao “local”, pois mobiliza questionamentos a diversos sujeitos que se relacionam ou são dependentes da reprodução social das famílias assentadas, que em sua maioria não estão localizados nos municípios citados, a exemplo de familiares, cooperativas e demais organizações que intercedem às problemáticas de acesso à terra dessas famílias há mais de uma década. A abrangência tão pouco se concentra apenas na AID como a definição desse atributo sugere, uma vez que as alterações socioeconômicas possuem uma magnitude que ultrapassa a própria Região da Campanha Gaúcha, como já mencionado.

Ainda, é relevante destacar que apesar de no EIA/RIMA (2020) a empresa afirmar

que houve “realização de reuniões com instituições, órgãos e comunidades relacionadas à divulgação da intenção de implantação do empreendimento”, em entrevistas feitas com lideranças locais do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e Instituto Cultural Padre Josimo, organizações que participam ativamente da organização social e produtiva da região, nos apresentaram que nunca foram procuradas pela empresa. Caso que se agrava com a seguinte menção na p. 165 do Capítulo 6.5: “Cumprir mencionar o projeto Centro de Educação Popular Pesquisas Agroecológicas no assentamento Estância Camboatá e sua infraestrutura que, se pertinente, poderão ser considerados e aproveitados nos programas de mitigação dos impactos socioambientais da instalação e operação da UTE Nova Seival”. Além disso, o Estudo ainda relativiza os impactos ao afirmar no EIA/RIMA (2020, p. 219), “sua implantação será em área já antropizada pela Mina do Seival, o que de certa forma ameniza esses impactos tendo em vista a pré-existência de atividade industrial no local”. No entanto, não há nenhuma menção ao modo de amenização desses impactos já registrados, dando uma ideia de naturalidade consequencialista, sem cogitar agravamentos desses impactos já resultantes de atividades prévias. Além de arruinar o território em questão, há uma defesa de que a solução para os problemas causados pelas atividades de degradação anteriores é o aumento e a reativação dessas atividades. Assim, a solução para os problemas gerados pelo capitalismo é mais capitalismo.

3.2.2. Mobilização e desmobilização de mão-de-obra

Neste item, abordam-se os pontos críticos quanto aos impactos de renda e emprego, nas fases de instalação e desativação do empreendimento, ilustradas nos Quadros 7-2 e 7-4 do EIA/RIMA (2020) e no **Quadro 4** abaixo, que apesar de ilustrar de forma precisa a gravidade da desmobilização da mão-de-obra para a região, uma vez que a maioria dos empregos se restringe à fase de construção da usina, a empresa compreende que

esse é um dano de magnitude regional (impacto que se restringe à All, nas definições do EIA/RIMA). Aponta-se, assim, que esta é uma interpretação anacrônica, pois as fontes de contratação não se restringem aos Municípios de Aceguá, Bagé, Pedras Altas e Pinheiro Machado, como indica o atributo, situação que se agrava, pois não há indícios de priorização da mão-de-obra local, não havendo garantias de que as problemáticas enfrentadas pelos municípios que vivenciam as ondas migratórias de trabalhadores externos não ocorrerão em Candiota e Hulha Negra.

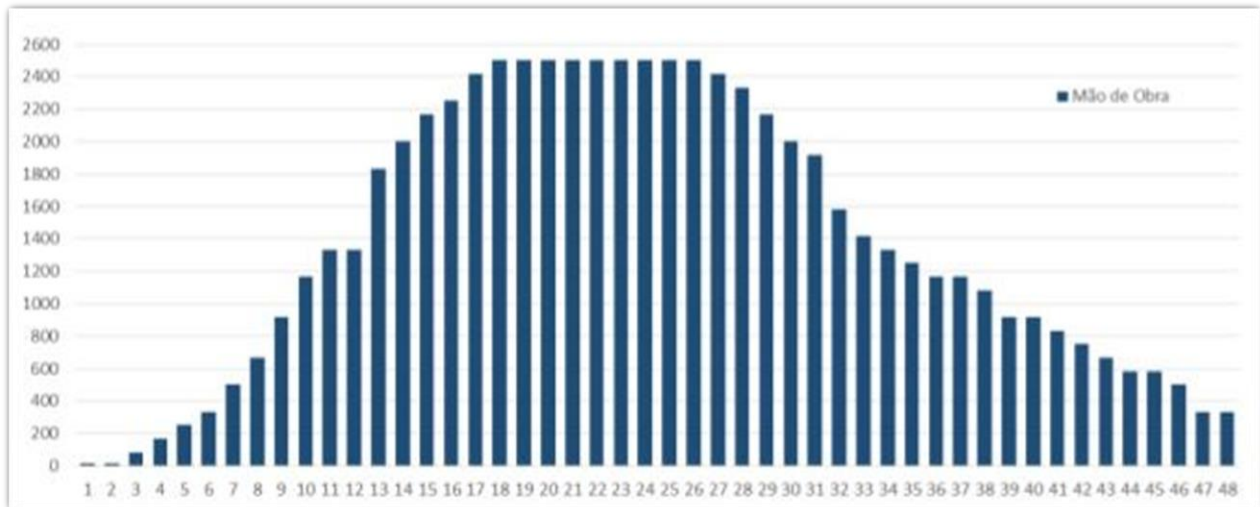
Assim, além de empregos temporários, não direcionados necessariamente à população local, pode haver um contingente de desempregados de outras localidades que agravarão problemas socioeconômicos dos municípios, o que já decorre de outros empreendimentos previamente instalados nestes. Alguns dos principais desdobramentos do impacto desse contingente de trabalhadores temporários são: a súbita alta de preços dos imóveis; o colapso da malha de serviços públicos que passa a não conseguir atender o novo contingente populacional; aumento de conflitos na comunidade; formação de bolsões de pobreza pelo desemprego já existente e agravado pelo empreendimento; concorrência por vagas de emprego, entre outras.

Quadro 4 – Síntese de avaliação dos impactos ambientais, quanto à mobilização e desmobilização de mão-de-obra, na fase de instalação e desativação do empreendimento com base nos quadros 7-2 e 7-4 do EIA/RIMA (2020).

Mobilização e desmobilização de mão de obra						
Fase de instalação						
Localização		Atributos dos Impactos		Medidas Mitigatórias / Programas Ambientais Associados	Relevância	
ADA	Não	Natureza	Negativa	Programa de Mobilização, Desmobilização e Capacitação da Mão de Obra; Programa de Comunicação Social.	Sem Medidas	Com Medidas
AID	Sim	Incidência	Direta		Negativa e Alta	Negativa e Média
AII	Sim	Duração	Permanente			
		Temporalidade	Imediata			
		Abrangência	Regional			
		Reversibilidade	Reversível			
		Probabilidade de ocorrência	Certa			
		Cumulatividade e sinergismo	Cumulativo; Cumulativo e Sinérgico			
		Magnitude	Alta			
		Possibilidade de mitigação	Mitigável			
Desmobilização de mão de obra						
Fase de desativação						
ADA	Não	Natureza	Negativa	- Orientação do poder público quanto ao prazo para a desativação do projeto e transparência para com os colaboradores da empresa.	Sem Medidas	Com Medidas
AID	Sim	Incidência	Direta		Negativa e Alta	Negativa e Média
AII	Sim	Duração	Temporária			
		Temporalidade	Longo Prazo			
		Abrangência	Regional			
		Reversibilidade	Irreversível			
		Probabilidade de ocorrência	Certa			
		Cumulatividade e sinergismo	Cumulativo e Sinérgico			
		Magnitude	Alta			
		Possibilidade de mitigação	Mitigável			

Fonte: Adaptado do Quadro 7-2 e 7-4 (EIA/RIMA, 2020).

E a geração de renda a partir do trabalho é muito limitada. Como pode-se notar no **Gráfico 1** apresentado no EIA/RIMA (2020), no decorrer de 27 meses, a curva de empregabilidade inverte, passando a haver demissões que irão quase se igualar à situação anterior à instalação do empreendimento.

Gráfico 1 – Histograma de demanda de mão-de-obra da UTE Nova Seival.

Fonte: EIA/RIMA, 2020 (V. 4, Cap. 6, p. 224).

Além dos desdobramentos do impacto dessa volatilidade dos postos de trabalho já assinaladas, cabe dissertar a respeito do potencial impacto sobre a agricultura familiar, em contraponto aos problemas irreversíveis que a dependência da atividade mineral. Se forem trabalhadores locais, serão pessoas que poderão deixar, durante esse período, de desenvolver outras atividades (agricultura/pecuária/outros, havendo após o empreendimento uma possível dificuldade na reabsorção desse contingente de trabalhadores em Candiota e Hulha Negra. Assim, outras atividades socioeconomicamente que se vinculam ao território podem ser impactadas pelo empreendimento.

Tanto em Hulha Negra como em Candiota, a preocupação com o desemprego e o êxodo após o fechamento de minas foram pontos incisivamente citados nas entrevistas feitas com os representantes das organizações locais. O Município de Candiota já convive com um contexto de danos socioeconômicos e ambientais de desativação de usina térmica, mas a população ainda vincula a atividade com a Administração Pública, que gerava empregos estáveis e com melhor remuneração. No entanto, as práticas das ações de contratação de empresas privadas que, se desobrigadas, tendem a optar por mão-de-obra mais barata ou que detenham conhecimento técnico não acessível localmente, colocam em xeque até a geração de renda local. Há, inclusive, o caso precedente em Candiota,

que ultrapassou as fronteiras da AII e que também é gerador de incertezas na população (item 3.2.1), no qual houve a contratação de 500 trabalhadores chineses para a Usina de Candiota de forma irregular, caso denunciado pelo Sindicato dos Mineiros de Candiota (VANACOR, 2020).

3.2.3. Pressão e interferências sobre infraestruturas e serviços públicos; dinamismo na economia; aumento/diminuição de arrecadação municipal

Neste ponto, abordam-se de maneira conjunta os componentes de infraestrutura, finanças públicas e economia urbana e regional, do quadro 7-2 do EIA/RIMA (2020), adaptados no Quadro 3 abaixo, a partir da compreensão relacional e interdependente dos pontos elencados, abordagem esta, que não se apresenta no documento citado, em que os componentes são pontuados separadamente e com ausência de detalhamento, demonstrando a incompreensão ou omissão de uma visão sistêmica da realidade afetada. Ressaltamos os impactos que ocorrem a partir do tráfego pesado, que poderão demandar uma maior estrutura municipal pública para reparo de estradas com buracos, contenção de poeira, melhoria na sinalização, bem como o dinamismo na economia impacta diretamente quanto à capacidade de arrecadação do município atingido. Portanto, iremos abordar de forma relacional os efeitos dos impactos socioeconômicos desses tópicos, apontando prováveis aumentos de gastos públicos, *vis-à-vis* arrecadação municipal.

Em relação à infraestrutura afetada negativamente, na fase de instalação (**Quadro 5**), sabe-se que são conhecidas nos municípios as dificuldades da convivência com o setor minerário e industrial, nos moldes em que ele se constitui atualmente. Já ocorreu, em meados da década de 1990, a construção de agrupamentos inteiros afastados de trabalhadores por causa da “intensa liberação de cinzas no ar atmosférico” (FRITZ; WAQUIL, 2003). Os danos estruturais e ambientais muitas vezes são negligenciados pela população que vê compensações a partir dos empregos e da renda. Boa parte dos moradores,

entrevistados por Fritz e Waquil (2003), atribuiu o principal ganho da atividade carbonífera do município à geração de empregos atrelados a empreendimentos de cunho público, cuja contrapartida ao município e à população, intencionalmente ou não, estava entre as prioridades, garantindo propostas de emprego estáveis e retornos à comunidade por meio de compensações. Essa não é a realidade desse empreendimento específico. O trabalho revela que os moradores da região conviveram por muitos anos com problemas graves decorrentes da exploração do carvão, como a fuligem que os obrigava a fechar suas casas (FRITZ; WAQUIL, 2003, p. 126), mas eram favoráveis aos empreendimentos pelas vantagens de renda. Essa condição coloca uma falsa opinião de apoio, uma vez que as restrições socioeconômicas forçam as pessoas a apoiarem uma atividade que prejudica suas sobrevivências. São condições que desafiam o entendimento de que esses impactos se encerram a curto prazo e que se restringem à AID, como sugere o Quadro 3, que aponta um dano de abrangência local.

Quadro 5 – Síntese de avaliação dos impactos socioeconômicos, quanto à pressão e interferência sobre infraestruturas e serviços públicos, dinamização da economia e aumento da arrecadação municipal, na fase de instalação do empreendimento com base no quadro 7-2 do EIA/RIMA (2020).

Fase de Instalação						
Pressão e interferências sobre infraestruturas e serviços públicos						
Localização		Atributos dos Impactos		Medidas Mitigatórias / Programas Ambientais Associados	Relevância	
ADA	Não	Natureza	Negativa		Programa de Saúde e Segurança do Trabalho; Programa de Monitoramento e Reforço de Serviços Públicos e Infraestrutura; Programa de Comunicação Social; Programa de Acompanhamento e Salvamento do Patrimônio Arqueológico e Cultural; Programa de Controle de Obras; Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos; Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Programa de Monitoramento Hidrológico.	Sem Medidas
AID	Sim	Incidência	Direta e Indireta	Negativa e Alta		Negativa e Média
AII	Sim	Duração	Permanente			
		Temporalidade	Curto prazo			
		Abrangência	Local			
		Reversibilidade	Reversível			
		Probabilidade de ocorrência	Certa			
		Cumulatividade e sinérgismo	Cumulativo e Sinérgico			
		Magnitude	Média			
		Possibilidade de mitigação	Mitigável			
Dinamização da economia						
ADA	Não	Natureza	Positiva	Programa de Mobilização, Desmobilização e Capacitação de Mão de Obra; Programa de Desenvolvimento de Fornecedores Locais	Sem Medidas	Com Medidas
AID	Sim	Incidência	Indireta		Positiva e Alta	Positiva e Alta
AII	Sim	Duração	Temporária			
		Temporalidade	Imediata			
		Abrangência	Regional			
		Reversibilidade	Irreversível			
		Probabilidade de ocorrência	Provável			
		Cumulatividade e sinérgismo	Cumulativo e Sinérgico			
		Magnitude	Alta			
		Possibilidade de mitigação	Potencializável			
Aumento da arrecadação municipal						
ADA	Não	Natureza	Positiva	Programa de Desenvolvimento de Fornecedores Locais Programa de Mobilização, Desmobilização e Capacitação da Mão de Obra	Sem Medidas	Com Medidas
AID	Sim	Incidência	Indireta		Positiva e Alta	Positiva e Alta
AII	Sim	Duração	Temporária			
		Temporalidade	Curto e Médio prazo			
		Abrangência	Local			
		Reversibilidade	Irreversível			
		Probabilidade de ocorrência	Certa			
		Cumulatividade e sinérgismo	Cumulativo e Sinérgico			
		Magnitude	Alta			
		Possibilidade de mitigação	Potencializável			

Fonte: Adaptado do Quadro 7-2 (EIA/RIMA, 2020).

Além disso, os empregos têm curta duração, e, ainda, podem comprometer o vínculo com o território. Novamente, frisa-se que a população dos dois municípios atingidos é predominantemente rural, levando a crer que muitas das pessoas que irão ser contratadas (isto se a contratação realmente for local) sairão do meio agrícola, meio este que depende diretamente da permanência e de um trabalho constante ao longo do ano, tendo em vista as atividades majoritárias: produção de leite, soja e de bovinos de corte. No momento atual em que esses setores se deparam com problemas estruturais da ordem econômica (aumento considerável do preço do alimento animal, supervalorização das terras e fim de várias políticas voltadas à agricultura familiar), a tendência é o esvaziamento desse meio característico e que, apesar das contradições e dos conflitos com a estrutura fundiária presente em Candiota e Hulha Negra, ainda garante uma autonomia aos sujeitos que o setor industrial não irá proporcionar, ou seja, isso resulta em um contexto que facilita o *land grabbing*.

Segundo Vanacor (2020), a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), se verifica que três entre as cinco atividades que mais geraram renda no Município de Candiota no ano de 2015 estão vinculadas à atividade carbonífera. Eletricidade e gás (que aglutina as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com aproximadamente R\$ 54,6 milhões); Indústrias extrativistas (referente à mineração que ocorre no território do município com R\$ 28,32 milhões); e Indústria de transformação (composta por mais de 70% da atividade das indústrias de fabricação de cimento, que tem as cinzas do carvão como importante matéria-prima) com R\$ 7,52 milhões. No entanto, não se sabe o impacto sobre a economia local que essa renda gerada ocasiona. Lembramos os índices de desenvolvimento dos municípios, anteriormente analisados.

Quanto aos empregos, também para 2015, as atividades que mais empregaram em Candiota foram Eletricidade e Gás, as Indústrias Extrativistas (ambas com relação direta com a atividade carbonífera) e a Administração Pública. A atividade de Construção oscila bastante ao longo do tempo, estando relacionada à construção de novas usinas (como

aconteceu em 2009 para a construção da Fase C da UTE Presidente Médici). Parte das pessoas que migram de outros municípios para as construções das usinas acaba ficando na cidade, formando bolsões de pobreza, uma vez que a dinâmica da criação de empregos formais depende da expansão da geração de energia térmica. Esses empregos, como já ressaltamos, têm duração curta e estão se voltando cada vez mais para pessoas de fora dos municípios e do estado, as quais, após a finalização das obras e empobrecimento, não conseguem retornar para seus municípios de origem. Essa dependência de renda na atividade carboquímica não deveria ser expandida, mas compreendida como um fator de vulnerabilidade socioeconômica da população que está ainda mais fragilizada com as atividades a partir do capital privado e estrangeiro.

3.2.4. Desapropriação e realocação

Ao item de desapropriação e realocação, conforme indicado pelo EIA/RIMA, na fase de instalação da UTE, elencam-se dois pontos críticos e ilegais à proposta de reassentamento das 26 famílias do Assentamento Estância Samuel. O primeiro em relação a base jurídica que a empresa requerente se baseia para presumir sua capacidade de ação, e o segundo referindo-se ao “Programa de Reassentamento” apresentado no EIA/RIMA (2020).

Para abrir o primeiro ponto, identifica-se que a desapropriação das famílias está baseada no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, que cita, “a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição” pautada pela Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, que dispõe sobre os casos de desapropriação por interesse social, fator destacado como motivação pela empresa. Contudo, a supracitada lei, em seu art. 2º considera interesse social: “as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e

serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas”. Nesse sentido, há uma interpretação equivocada pela parte proponente, ao presumir e incorporar ao seu EIA/RIMA (2020), que as áreas de assentamento em questão não são áreas socialmente aproveitadas.

Assim, destacam-se abaixo o histórico de atividades e relações existentes nesses territórios que evidenciam seu intenso protagonismo na caracterização de seus lotes não só como áreas socialmente aproveitadas, mas também como de interesse público e social. Sendo válido ressaltar que previamente à instituição dos assentamentos citados, as mais de 120 famílias envolvidas, oriundas de diversas regiões do Rio Grande do Sul, passaram por situações de vulnerabilidade social, e se engajaram no reconhecimento legítimo de seus direitos de acesso à terra, em um processo de reterritorialização e conquista de seus atuais modos de vida.

Segundo Brasil (2013), os assentamentos situados tanto no Município de Candiota como no de Hulha Negra desenvolvem diversificadas atividades agrícolas, destacando-se a olericultura, incluindo seu expoente na produção de sementes agroecológicas, a produção de leite e seus derivados, pecuária de corte, apicultura, aves, vitivinicultura, assim como a produção de grãos. A bovinocultura de leite ao lado da pecuária, estão entre as principais atividades produtivas, nas quais alguns assentados chegam à produção de mais de 120.000 litros/ano, e mantêm uma média produtiva entre 12.000 e 36.000 litros/ano. Os assentados contam com uma boa e acessível rota de leite que facilita sua comercialização através da empresa gaúcha ELEGÊ, porém destinam a maioria de sua produção para a Cooperativa de Produção de Trabalho Integração LTDA (COPTIL), criada e estruturada por assentados, que ano a ano expande suas atividades (processamento de alimentos, agroindústrias, serviços técnicos). As famílias não associadas realizam a venda de leite a granel na região e vizinhança, além do produto compor o autoconsumo familiar.

Quanto ao gado de corte, que compõe um quadro produtivo histórico na região, as famílias operam com diferentes formas de manejo (extensivo e em pequenas áreas) e

estratégias produtivas, almejando na pecuária familiar não só uma fonte de renda, mas também uma “poupança”. Há famílias que possuem mais de 40 animais, mas em média operam com um rebanho que fica em torno de 20 cabeças. Sua comercialização se dá principalmente para o Frigorífico Pampeano Alimentos ou vendem na região.

A criação de aves para produção de alimentos, em especial carne e ovos, também é exercida nos assentamentos, entre as espécies mais criadas destaca-se o frango. Somase às atividades citadas, a apicultura, devido à vegetação e clima favorável, na qual percebe-se um potencial na criação de agroindústrias para os subprodutos do mel, devido à crescente aderência à atividade. Algumas famílias operam com mais de 40 colmeias, sendo a comercialização realizada, em sua maioria, de forma individual.

A agricultura também possui grande importância no dinamismo econômico, na fonte de renda e no autoconsumo das famílias assentadas, onde são cultivadas soja, trigo, sorgo, arroz, milho, feijão, aipim, abóbora, batata, dentre outras culturas. A produção de soja é a mais evidente, contudo, o milho também se insere nas propriedades, com a função de alimentar os animais e auxiliar no autoconsumo. Há também uma intensa produção de hortaliças e legumes, que têm suas sementes fornecidas, pela BioNatur, e se destacam pelo seu manejo agroecológico, estando inseridas em grande parte na comercialização via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também subsidiando as famílias no autoconsumo.

Para além dos aspectos produtivos citados, a dimensão política e cultural que ali se manifesta, também caracteriza esse território como uma área socialmente aproveitável, uma vez que:

[...] o assentamento é um espaço que expressa conteúdos históricos, resultantes de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde materializam as relações sociais. Partindo dessa definição, o assentamento rural é o *locus* das atividades dos trabalhadores rurais que conquistaram esse espaço e transformaram em um território com uma identidade própria, uma identidade simbólica do MST (ALVES; SILVEIRA, 2006, p. 14).

Por fim, adentra-se à análise do “Programa de Reassentamento” apresentado no EIA/RIMA (2020), que inicialmente traz uma abordagem depreciativa dos assentamentos, alegando que são comunidades com “atraso educacional”, empobrecidas, com domicílios de baixa qualidade e com falta de acesso a serviços básicos. Contudo, sabe-se que a metodologia de levantamento de dados socioeconômicos que buscava caracterizar tanto as famílias atingidas como os assentamentos de forma geral, apresenta falhas amostrais, como já pontuado, não sendo possível, assim, afirmar apenas no programa de reassentamento, e baseadas em esparsas e pontuais entrevistas, uma compreensão negativa e generalizada das comunidades. Essa postura, no entanto, é facilitadora de uma ação não honesta e enviesada a diminuir os custos com o programa de reassentamento, uma vez que coloca o parâmetro de comprometimento em entregar “condições iguais ou melhores” aos atingidos, em um patamar qualitativo e quantitativo extremamente baixo e não condizente com a realidade local, além de não mencionar a avaliação financeira dos investimentos públicos já feitos nesses locais, a exemplo de uma gama de acesso a políticas públicas, que estruturaram social e economicamente as famílias.

O programa de reassentamento ressalta que haverá um estudo futuro detalhado do perfil populacional, porém, a população atingida, a sociedade civil e o Estado não devem creditar uma garantia pretérita ao proponente, sem que esse detalhamento conste no EIA/RIMA (2020). Postergar a fidelidade dos dados ao PAR (Plano Ação de Reassentamento) equivale a permitir que esse empreendimento avance, nesses modelos, em primeiras instâncias, sem garantias de comprometimento, nas quais pode-se elencar medidas de caráter ilusório até a obtenção da licença prévia (LP). Nesses termos, ainda se pontua a Lei Estadual nº 15.434, de 09 de janeiro de 2020, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, que trata do reassentamento no âmbito do licenciamento ambiental em seu Art. 64 – “Os empreendimentos que acarretarem no deslocamento de populações humanas apresentarão, para obtenção da LP, um programa de reassentamento, constando etapas a serem cumpridas em cronograma pré-

estabelecido”. O programa de reassentamento aqui avaliado não apresenta um cronograma preestabelecido, e sinaliza entregá-lo somente após a obtenção da LP, aliado ao PAR, o que torna essa conduta ilegal.

O programa de reassentamento também se apresenta de maneira genérica e pontual no que concerne as suas principais ações e metas, com pontos que levantam uma série de questionamentos, quanto ao método de realização. Não há detalhamento e apresentação esclarecida dos eventos processuais, colocando em dúvida sua plausibilidade, principalmente quanto à garantia de que os vínculos sociais e de parentesco serão garantidos, aliados a uma mesma ou melhor base de renda e de produtividade, somado à promessa de assistência técnica produtiva e social às famílias, em que não se detalha se a empresa prestará este serviço, ou elenca o item com a finalidade de endossar e florear suas propostas, de modo a deixar que o Estado atenda estas demandas posteriormente, por meio de serviços básicos que já são prestados à população rural. Não se estabelece no Estudo qual a forma proposta para indenização das famílias atingidas direta ou indiretamente, completa ou parcialmente, em vista da ocorrência de prejuízos econômicos, sociais, até o momento aparentemente subdimensionados, em decorrência desse empreendimento. A partir disso, compreendemos que se trata de um empreendimento que se descola de uma proposta de desenvolvimento sustentável para os assentados de Candiota e de Hulha Negra e que se insere em um controle do território, nos moldes de *land grabbing*, voltado às necessidades do capitalismo contemporâneo.

Considerações finais

Concluimos que, apesar do apelo local para a expansão da atividade carbonífera, essa via de desenvolvimento gera poucos empregos, principalmente com a conclusão das obras de instalação, com renda concentrada e que estão cada vez mais voltados para trabalhadores de fora dos municípios, inclusive com residência em Bagé, não impactando

necessariamente sob o consumo e a economia local. Em contrapartida, os territórios de assentamentos rurais produzem alimentos de modo diversificado, destacam-se na produção de modo agroecológico, com geração de renda não concentrada, produção e consumo regionais, fomentando o cooperativismo e em harmonia com o meio ambiente. O Município de Candiota já apresenta danos socioeconômicos e ambientais ocasionados pela atividade carbonífera, bem como acumula benefícios a partir da reterritorialização com os assentamentos rurais, mesmo com pouco investimento e com a hostilidade dos latifúndios locais. Não se trata de uma aposta desconhecida, mas de uma escolha da qual já se conhecem os futuros resultados. Por isso, temos que essa retomada e expansão da mineração atende a outros interesses que não a dinâmica de desenvolvimento local, como preconiza o EI/RIMA analisado.

Aliado a isso, vemos a implantação da flexibilização dos regramentos ambientais, bem como um forte desprezo dos mineradores sobre as populações atingidas, como é próprio da acumulação por despossessão. Vale dizer que tamanhas foram as contradições apresentadas à sociedade na audiência pública virtual, restando às organizações locais e estaduais o ingresso de ação jurídica, que obteve em agosto de 2021 decisão favorável pela i) anulação da referida audiência, da qual o juiz federal sugere pelo menos mais três audiências públicas na modalidade híbrida (presencial e virtual), bem como foi determinado ii) a suspensão do processo de licenciamento ambiental devido e a iii) inclusão de análise climática e sobre a saúde humana¹⁶. Tal decisão judicial foi encarada pela sociedade civil organizada como referência em direitos humanos e ambientais.

Conforme apresentação breve do histórico de formação e de desenvolvimento dos assentamentos direta e indiretamente atingidos pelo projeto da UTE Nova Seival, trata-se de um território formado por agricultores e agricultoras que constituem laços cultu-

¹⁶ Ação Civil Pública nº 5030786-95.2021.4.04.7100/RS, 9ª Vara da Justiça Federal em Porto Alegre/RS, proposta pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGÁ), Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida (CONATERRA – BIONATUR), Centro de Educação Popular Agroecologia (CEPPA).

rais, econômicos e sociais em seus territórios, superando um processo de desterritorialização, e constituindo um fator de dinamismo socioeconômico na região da campanha gaúcha. Apesar dos resultados danosos que as instalações anteriores deixaram para o meio ambiente, a economia e a sociedade, contraditoriamente existe na municipalidade a defesa do projeto nesses moldes: incompleto e até fadado a ter suas atividades interrompidas no curto prazo, inclusive por pressão internacional para a extinção da geração de energia a partir do carvão. Portanto, defendemos que muito mais do que uma promoção de desenvolvimento econômico para os municípios, esse empreendimento extrativista engloba o fenômeno do *land grabbing*, sendo um ajuste tempo-espaço do valor, desterritorializando os assentados da reforma agrária, se voltando para a acumulação por despossessão, atendendo à necessidade de acumulação do capitalismo contemporâneo.

Referências

- ALVES, Flamarion Dutra.; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **Implantação de assentamentos rurais: impactos locais nos municípios de Candiota e Hulha Negra, RS, 2005.**
- ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Presença dos assentamentos rurais no município de Candiota-RS: alterações territoriais e socioeconômicas. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro-RJ. **Anais [...].** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/extrural/vicentepp/arquivospdf/ENGA%20COMPLETO.pdf>>. Acesso em 20/10/2021.
- ALT, Júlio; KUHN, Daniela Dias; COSTA, Ana Monteiro. Neoextrativismo e a resistência à expansão da mineração no Rio Grande do Sul: reflexões sobre as audiências públicas do Projeto Mina Guaíba. IX Simpósio Internacional e Simpósio Nacional de Geografia Agrária. **Anais [...].** Recife: UFPE, 2019.

- ALT, Júlio Picon; KUHN, Daniela Dias; COSTA, Ana Monteiro. Neoextrativismo e a resistência à expansão da mineração no Rio Grande do Sul: reflexões sobre as audiências públicas do Projeto Mina Guaíba. **Revista Nera**, v. 24, nº 59, pp. 152-175, 2021.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília: ANEEL, 2008. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/documents/656835/14876406/2008_AtlasEnergiaEletricaBrasil3ed/297ceb2e-16b7-514d-5f19-16cef60679fb>. Acesso em 01/05/2014.
- BARCELLOS, Botton Sérgio; PRATES, Camila; ALT, Júlio. O Projeto Fosfato Três Estradas no esteio dos conflitos ambientais no Pampa Gaúcho. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, nº 1, pp. 25-43, 2021a.
- BARCELLOS, Botton Sérgio; PRATES, Camila; ALT, Júlio. Entre disputas e resistências: a expansão da mineração no contexto dos conflitos ambientais no bioma Pampa. **Revista da Escola da Magistratura do TRF da 4. Região**, v. 7, nº 17, pp. 293-327, 2021b.
- BRASIL. Roberto Ramos. **Superintendente. Projeto Básico visando a contratação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental- ATES para as famílias assentadas no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Inkra, 2013.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista Economia Contemporânea**, v. 12, nº 2, pp. 247-272, 2008.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidade. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. Edição especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, v. 1, nº 3, pp. 73-84, 2011.
- COSTA, Ana Monteiro et al. O custo da mineração: estudo preliminar sobre a proposta de atividade mineradora nos municípios de Eldorado e Charqueadas. Parecer técnico. In: CCM/RS (org.). **Painel de especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul. 2019. v. 1. pp. 137-153. Disponível em: <https://rsemrisco.files.wordpress.com/2019/12/painel-mina-guaicc81ba_digital_150-1.pdf>. Acesso em 10/09/2021.
- EIA/RIMA. **Estudo e Relatório de Impacto Ambiental da Usina Termelétrica Nova Seival**. Elaborado por Har Engenharia e Meio Ambiente Ltda., Tetra Tech Engenharia e Consultoria Ltda. e Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia da UFRGS, 2020

- FRITZ, Karen Beltrame Becker; WAQUIL, Paulo. D. A percepção da população do município de Candiota sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da produção e emprego do carvão mineral. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 11, nº 20, pp. 119-134, 2003.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **GeoUERJ**, v.3, nº 5, pp. 7-20, 1999.
- LAND MATRIX. **Transnational land deals for agriculture in the global south: analytical report based on the Land Matrix Database**. Authors. ANSEEUW, Ward.; BOCHE, M.; BREU, T.; GIGER, M.; LAY, J.; MESSERLI, P.; NOLTE, K, nº 1, 2012, p. 64.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). **Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre: UFRGS. 2007.
- MEHTA, Lyla; VELDWISCH, Gert J.; FRANCO, Jennifer. Introduction to the special issue: water grabbing? Focus on the (re)appropriation of finite water resources. **Water Alternatives**, v. 5, nº 2, pp. 193-207, 2012.
- PEREIRA, Viviane Camejo. **O rural e o carvão: representações sociais em Candiota-RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- PEREIRA, Viviane Camejo; ALMEIDA, Jalcione. Relações entre a atividade carbonífera e o rural em Candiota, RS, Brasil: análises sobre representações sociais em um contexto de dilemas sobre a energia. **RESR**, v. 53, nº 1, pp. 127-142, 2015.
- PEREIRA, Lorena Iza. A acumulação por despossessão na análise do land grabbing. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, nº 41, pp. 3-20, 2019.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Coletânea de legislação Ambiental**. Curitiba, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1991.
- SACHER, William. Megamineraría y desposesión en el Sur: un análisis comparativo. **Iconos**, nº 51, pp. 99-116, 2015.
- SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA. **Mineração no Rio Grande do Sul: diagnóstico setorial e visão de futuro**. Rio Grande do Sul. Secretaria de Minas e Energia. Porto Alegre:

Secretaria de Minas e Energia, 2018. Disponível em: <<https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202108/11092849-mineracao-no-rs-2018-versao-web-compressed.pdf>>. Acesso em 20/10/2021.

SILVA, Patrícia Martins. **Processo identitário da rede de sementes agroecológicas Bionatur**: a experiência na percepção dos agricultores. Tese (Doutorado em Sistemas de Produção Familiar). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

VANACOR, Paula Lima. **Atores, escalas e produção do espaço**: a atividade carbonífera em Candiota/RS. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

VIEIRA, Leonice Chaves. **A pedagogia da alternância do curso em Agroecologia**: um estudo de caso no IFSul. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Federal Sul-rio-grandense, Pelotas, 2017.

Ana Monteiro Costa é Doutora em Economia (PPGE/UFRGS), Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidades e Economias do Sul, GEPIES, PGDR/UFRGS. **E-mail**: ana.mc98@gmail.com

Mauren Buzzatti é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), Engenheira Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidades e Economias do Sul (GEPIES) PGDR/UFRGS. **E-mail**: buzzattimauren0@gmail.com

Júlio Picon Alt é Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), integrante do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidades e Economias do Sul (GEPIES), PGDR/UFRGS. **E-mail**: julio.alt@gmail.com

Saritha Denardi Vattathara é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Interculturalidades e Economias do Sul (GEPIES), PGDR/UFRGS. **E-mail:** sarithadenardi@gmail.com

Artigo enviado em 27/09/2021 e aprovado em 05/12/2021.